

# BALANÇO GERAL

## 2025

Prestação de Contas Anual do Governo

## Balanço Geral 2025 do Governo do Distrito Federal

O Balanço Geral do Governo do Distrito Federal é um relatório contábil que apresenta a situação patrimonial, orçamentária e financeira do Governo. Esse relatório fornece uma visão abrangente das receitas, despesas, ativos, passivos e resultados financeiros do Governo do Distrito Federal, permitindo a avaliação da gestão pública e constitui o documento essencial à Prestação de Contas Anual do Governador.

Ele abrange os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial, do exercício de 2025, das entidades da Administração Direta e Indireta que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (através do sistema SIAC/SIGGO), e das empresas independentes que estão nos Orçamentos de Investimento (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista – Sistema Integral).



# Estrutura Legal da Prestação de Contas

## **Lei Orgânica do DF**

Artigo 100, inciso XVII, determina que compete privativamente ao Governador prestar contas anualmente à Câmara Legislativa, no prazo de 60 dias após a abertura da sessão legislativa.

## **Lei 4.320/64**

Estabelece normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

## **Lei de Responsabilidade Fiscal**

Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

A Contadoria Geral do DF (ContDF/SEFIN/SEEC), órgão central do Sistema de Contabilidade do GDF, é responsável pela concepção do Balanço Geral e pela organização da Prestação de Contas Anual do Governador. As informações apresentadas, além de atenderem à obrigação legal, servem como referência para gestores públicos na tomada de decisões.

# Organização da Prestação de Contas



A Contadoria Geral do DF busca continuamente aprimorar a apresentação das contas do Governo do Distrito Federal, tornando o Balanço Geral mais acessível e compreensível para a população. Para isso, o relatório adota uma linguagem clara e objetiva, ampliando assim a transparência e o diálogo entre o governo e a sociedade.

# Gestão Orçamentária

## Planejamento

Definir metas e diretrizes orçamentárias



## Execução

Implementar e acompanhar a execução



## Alocação

Distribuir recursos conforme prioridades



A gestão orçamentária é fundamentada na formulação de um planejamento estruturado, no qual são estabelecidos parâmetros e diretrizes para orientar os gestores na alocação eficiente dos recursos públicos, permitindo o atendimento das necessidades da população.

Para viabilizar a execução das políticas públicas e a oferta de bens e serviços aos cidadãos do Distrito Federal, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2025 foi instituída pela Lei Distrital nº 7.650, de 30 de dezembro de 2024, estabelecendo a estimativa de receitas e a fixação das despesas para o período.

# Lei Orçamentária Anual - LOA 2025

A LOA 2025 (Lei nº 7.650/2024) estabeleceu o equilíbrio entre as receitas estimadas e as despesas fixadas.

**R\$ 41,08 Bi**

## Receita Total Estimada

Valor total previsto para o exercício 2025

**R\$ 39,39 Bi**

## Orçamento Fiscal e Seguridade Social

Abrange Poderes do DF, fundos, órgãos e administração direta e indireta

**R\$ 1,68 Bi**

## Orçamento de Investimento das Estatais Independentes

Recursos destinados a investimentos em empresas estatais em que o DF detém a maioria do capital social.

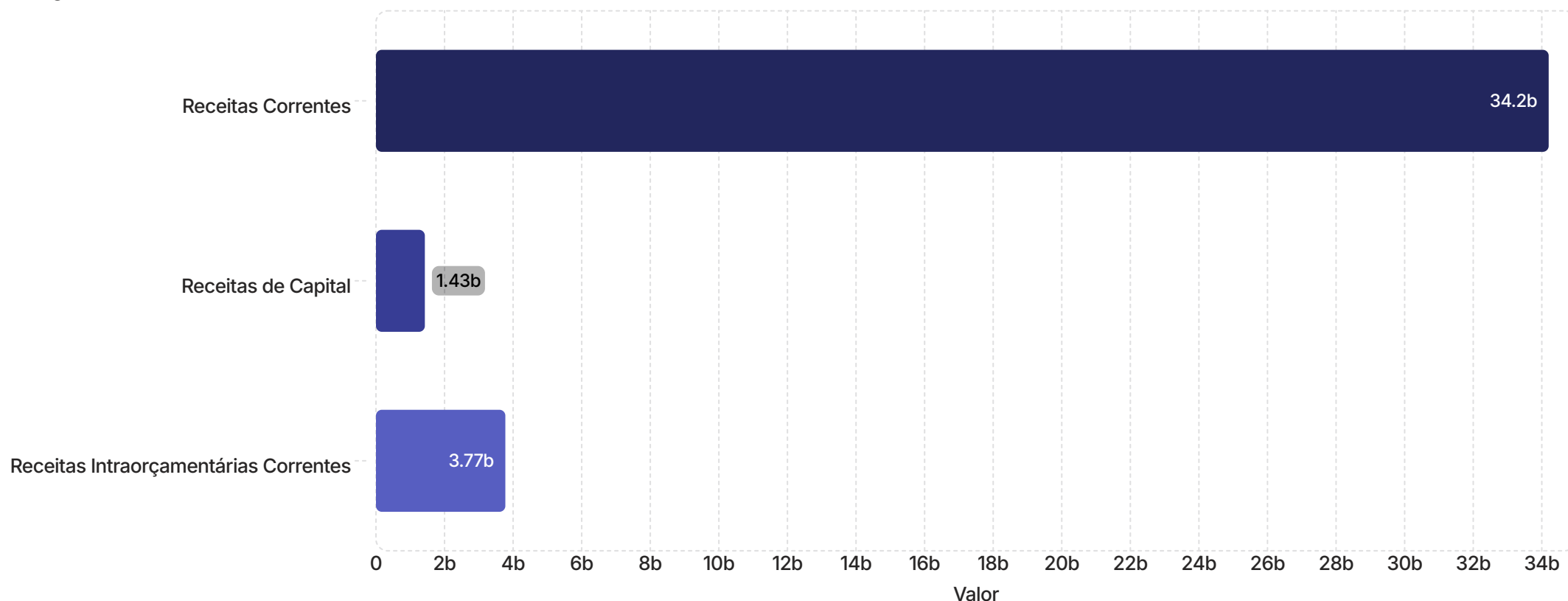
A despesa total para o exercício de 2025 foi fixada no mesmo montante da receita estimada, assegurando o equilíbrio orçamentário entre arrecadação e gastos públicos.

# Previsão Inicial - Receita Estimada Líquida - OFSS 2025

As receitas orçamentárias são os ingressos de recursos que o Estado tem à disposição para manter os serviços e financiar os investimentos públicos. Elas provêm de diversas origens, como recolhimento de impostos, taxas e contribuições, transferência de recursos do Governo Federal e de outros entes, exploração do patrimônio público ou, ainda, captação de recursos por meio de empréstimos e financiamentos.

**Total: R\$ 39.399.157.922,00**

Categoria



## Receitas Correntes

R\$ 34.200.210.239,00 — 86,80%

## Receitas de Capital

R\$ 1.425.858.634,00 — 3,62%

## Receitas Intraorçamentárias Correntes

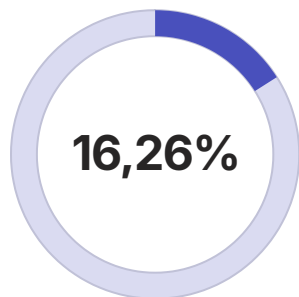
R\$ 3.773.089.049,00 — 9,58%

A Receita Corrente, principal fonte de arrecadação do DF, respondeu por 86,80% do total da receita prevista em 2025, demonstrando a importância da arrecadação de impostos, taxas, contribuições e transferências correntes para a sustentabilidade financeira do Distrito Federal.

Em relação à Receita de Capital, a maior representatividade foram Operações de Crédito e Transferências de Capital.

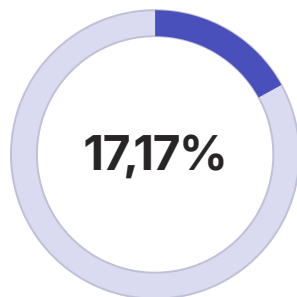
# Previsão Atualizada da Receita

A previsão atualizada reflete modificações ocorridas ao longo do exercício de 2025, incorporando ajustes decorrentes de créditos adicionais, variações na arrecadação e reprogramações de despesas.



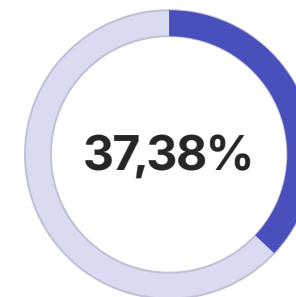
## Crescimento Total

Da previsão inicial de R\$ 39,39 Bi para  
R\$ 45,80 Bi



## Receitas Correntes

Principal fonte de arrecadação do DF



## Receitas de Capital

A Previsão Atualizada da Receita para o exercício de 2025 apresentou um crescimento significativo em relação à previsão inicial, passando de R\$ 39.399.157.922,00 para R\$ 45.803.599.835,00, um aumento de 16,26%.

Receitas correntes aumentaram em 17,17% na previsão atualizada. Dentro desse grupo, destacaram-se as Receitas Patrimoniais, que tiveram sua previsão aumentada em 115,11%.

Em seguida, destaca-se a Receita de Serviços, com aumento de 38,93% em relação à previsão, e as Transferências Correntes, aumentadas em 15,83%. As receitas de capital também foram revisadas, com um acréscimo de 37,38%, com destaque para Transferências de Capital.

# Receita Realizada

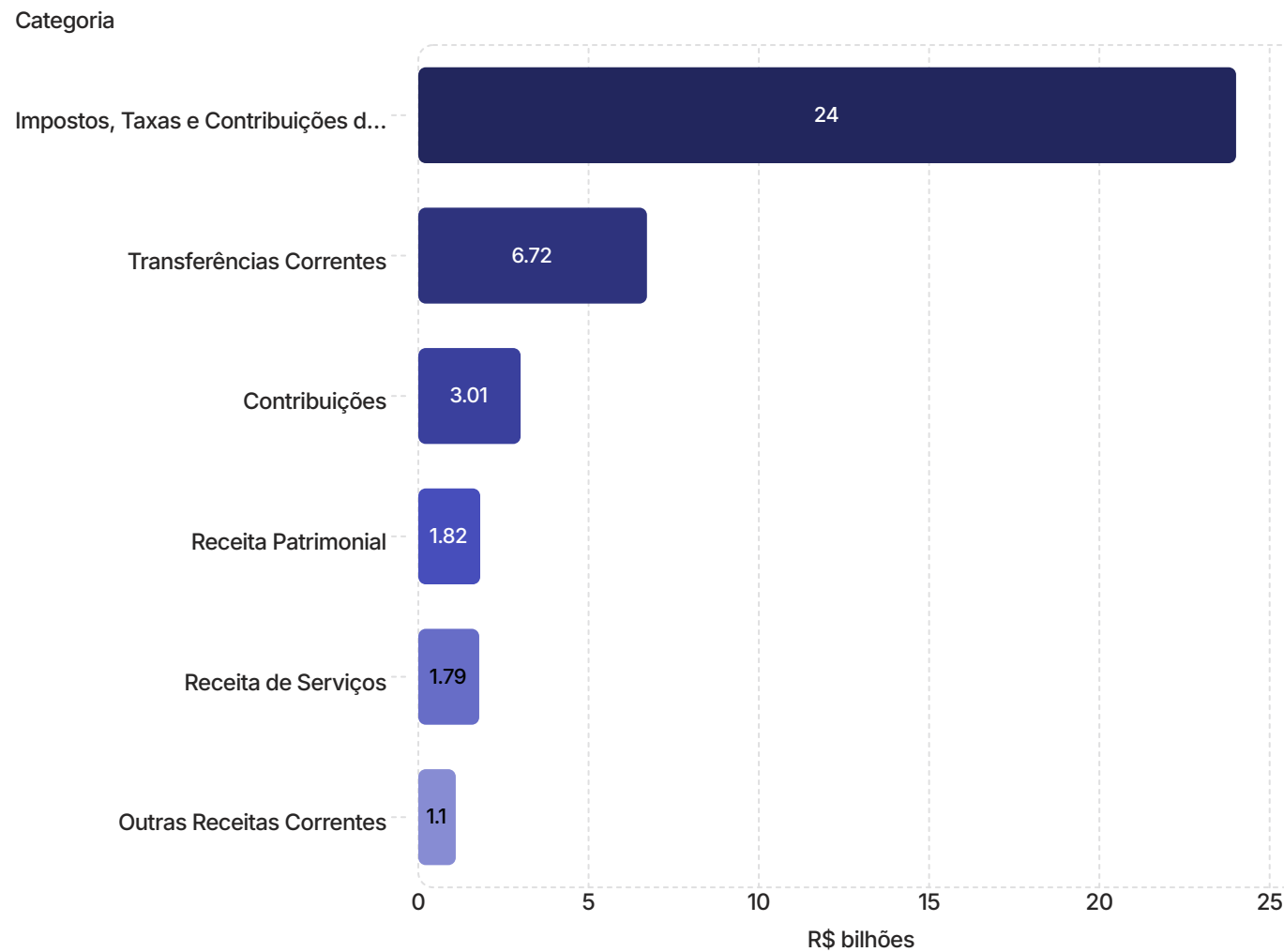
As receitas realizadas representam os recursos arrecadados para o financiamento de serviços e investimentos.



Embora tenha ficado 6,55% abaixo da meta atualizada, a receita realizada superou a previsão inicial em 8,6% e teve um crescimento de 9,95% em relação ao arrecadado em 2024.

# Composição da Receita Corrente

Receita arrecadada sem intraorçamentárias, destacando as principais fontes de recursos do DF.



As Receitas Correntes totalizaram R\$ 38.539.795.255,71. Dentre seus componentes, destacam-se os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que alcançaram R\$ 24.014.907.536,27. As Contribuições somaram R\$ 3.005.087.394,50, enquanto a Receita Patrimonial atingiu R\$ 1.818.049.476,88.

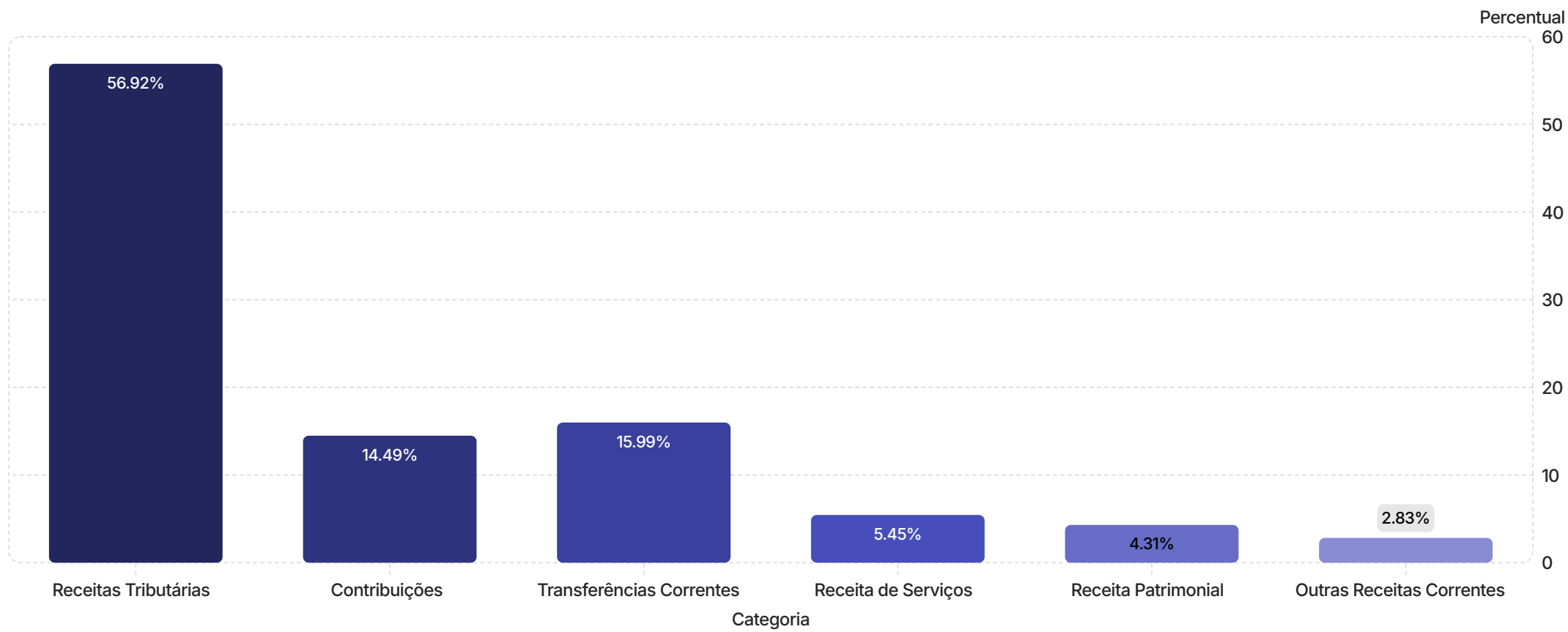
Já a Receita de Serviços alcançou R\$ 1.788.619.229,49.

As Transferências Correntes representaram R\$ 6.715.371.031,67, ao passo que as Outras Receitas Correntes somaram R\$ 1.193.683.218,02.

Por fim, a Receita Agropecuária registrou R\$ 3.521,09 e a Receita Industrial totalizou R\$ 4.073.847,79.

# Composição da Receita Corrente

Composição percentual da Receita arrecadada, destacando as principais fontes de recursos do DF.



# Receitas Tributárias

A arrecadação de 2025 superou os valores registrados no exercício anterior, atingindo R\$ 24,02 bilhões, representando crescimento de 9,03% em relação a 2024. Seguem dados (sem intraorçamentário):

## Impostos

**R\$ 23,41 bilhões**

- ICMS: R\$ 10,06 Bi (+7,72%)
- IRRF: R\$ 5,65 Bi (+14,65%)
- ISS: R\$ 3,86 Bi (+11,24%)

## Taxas

**R\$ 608,43 milhões**

- Poder de Polícia: R\$ 335,5 Mi (+15,36%)
- Prestação de Serviços: R\$ 272,9 Mi (+1,78%)

As receitas tributárias constituem a principal fonte de financiamento das despesas públicas, sendo compostas pela arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria. Essas receitas são fundamentais para garantir a execução de políticas públicas e a prestação de serviços essenciais à população.

Já as taxas estão vinculadas a um serviço público prestado ou a um poder de polícia exercido pelo Estado, como a Taxa de Coleta de Lixo ou as taxas pela fiscalização de determinadas atividades econômicas. A arrecadação dessas receitas está diretamente ligada ao nível de atividade econômica, ao cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes e à eficiência da administração fiscal.

# Receitas de Contribuições

**R\$ 3,01 Bi**

**Sem Intraorçamentárias**

Crescimento de 9,32% em relação a 2024

**R\$ 6,11 Bi**

**Com Intraorçamentárias**

Expansão de 10,24% comparado a 2024

As receitas de contribuições representam fonte relevante de arrecadação, abrangendo, especialmente, as Contribuições Sociais e a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública. Considerando as receitas intraorçamentárias, destaca-se a Contribuição Patronal do Servidor Civil.

**Contribuições Sociais**

**R\$ 2.665.390.586,73**

**Contribuição Patronal - Servidor Civil - Intra**

**R\$ 3.109.218.517,16**

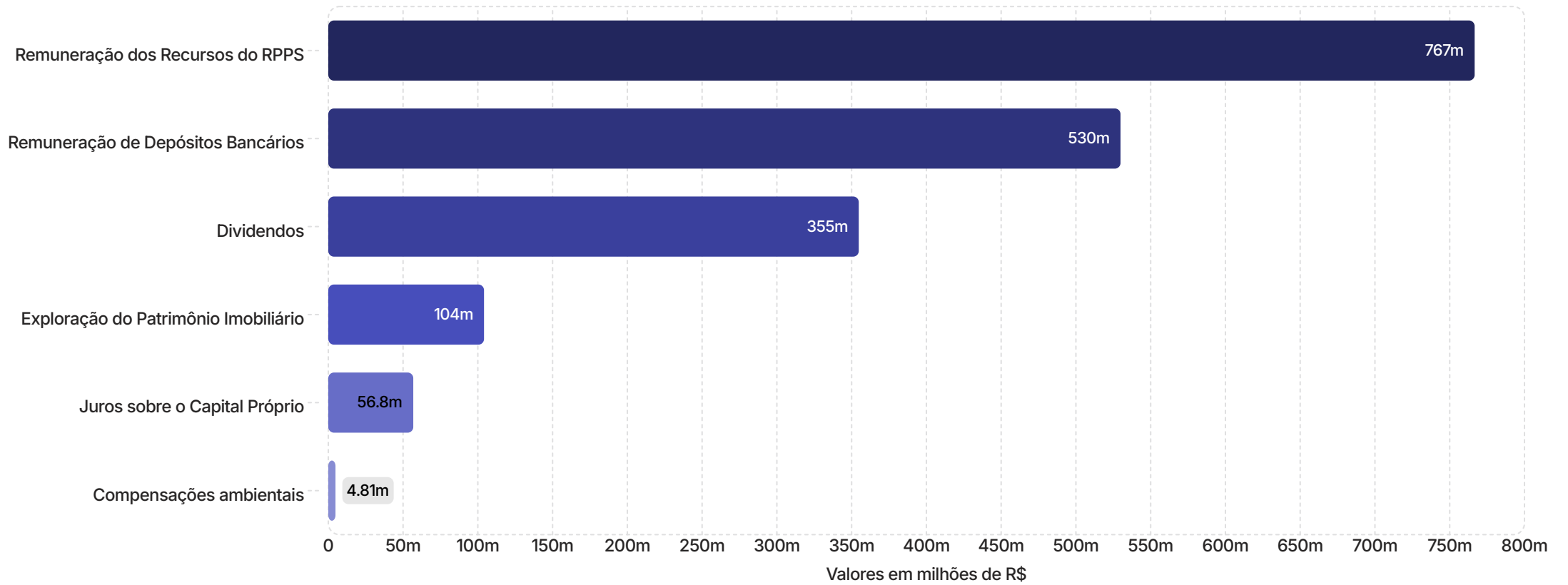
**Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública**

**R\$ 335.345.193,77**

# Receitas Patrimoniais

As receitas patrimoniais correspondem aos valores arrecadados com a exploração de bens e ativos financeiros do Estado, incluindo aluguéis, concessões, dividendos e juros sobre capital próprio.

Receita Patrimonial



# Receita de Serviços

As receitas de serviços representam valores arrecadados pelo governo com a prestação de serviços administrativos, comerciais, financeiros, de transporte e assistência à saúde suplementar. Valores (sem intraorçamentário):

## Serviços Administrativos e Comerciais Gerais

R\$ 562.594.126,97

## Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte

R\$ 113.096.624,19

## Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil

R\$ 1.085.617.600,97

## Serviços e Atividades Financeiras

R\$ 27.275.862,80

## Outros Serviços

R\$ 35.014,56

As receitas de serviços representam valores arrecadados pelo governo com a prestação de serviços administrativos, comerciais, financeiros, de transporte e assistência à saúde suplementar. No exercício de 2025, a receita total arrecadada atingiu R\$ 1,79 bilhão, registrando um crescimento de 31,39% em relação a 2024, quando a arrecadação foi de R\$ 1,36 bilhão.

Considerando as contas intraorçamentárias de serviços administrativos e comerciais gerais (R\$ 130,22 milhões), serviços e atividades de navegação e transporte (R\$31,19 milhões) e serviços de assistência à saúde suplementar do servidor civil (R\$ 351,85 milhões), o total da receita de serviços alcançou R\$ 2,30 bilhões.

# Transferências Correntes

## Transferências da União

Os repasses da União permaneceram como a principal fonte das transferências correntes, totalizando R\$ 3,27 bilhões, embora tenham apresentado redução de 6,26% frente a 2024.

## Transferências de Instituições Públicas

Somaram R\$ 3,37 bilhões um crescimento de +6,86% em relação a 2024.

## Transferências dos Estados

Alcançaram R\$ 51,50 milhões, uma redução de 8,12% em comparação com 2024.

As transferências correntes representam importante fonte de recursos para o Distrito Federal, compostas por repasses da União, dos estados, de instituições privadas e de outras entidades públicas. Em 2025, a receita total arrecadada, sem considerar as receitas intraorçamentárias, alcançou R\$ 6,72 bilhões, mantendo-se praticamente estável em relação a 2024, com leve queda de 0,07%. Considerando a receita intraorçamentária de Transferências dos Estados, o saldo de Receitas de Transferências Correntes totaliza R\$ 6,75 bilhões.

# Receitas de Capital

As receitas de capital são ingressos financeiros que resultam da realização de operações que alteram o patrimônio público, destinadas principalmente a investimentos em infraestrutura e modernização.



## Operações de Crédito

R\$ 287,52 milhões (+106,14%)

Captação de recursos por empréstimos e financiamentos



## Alienação de Bens

R\$ 88,97 milhões (+748,82%)

Venda de bens móveis e imóveis do governo



## Amortização de Empréstimos

R\$ 41,21 milhões (+30,10%)

Recebimento de parcelas de principal



## Transferências de Capital

R\$ 187,55 milhões (+37,19%)

Recursos para investimentos e projetos específicos

Diferente das receitas correntes, que são utilizadas para custear despesas operacionais, as receitas de capital são destinadas, principalmente, a investimentos em infraestrutura, aquisição de bens duráveis, amortização da dívida pública e outros gastos que visam ampliar ou melhorar os ativos do governo.

# Despesa Orçamentária do Distrito Federal 2025

## Despesa Fixada 2025

A despesa fixada representa os gastos autorizados pelo orçamento inicial, incluindo despesas correntes para manutenção dos serviços públicos e despesas de capital para investimentos em infraestrutura e desenvolvimento.

As despesas orçamentárias representam os gastos realizados pelo Estado para a manutenção de seus serviços, execução de políticas públicas e investimentos necessários ao desenvolvimento econômico e social. Elas são essenciais para o funcionamento da administração pública e abrangem desde despesas com pessoal e custeio da máquina estatal até investimentos em infraestrutura, saúde, educação e segurança.

### Despesas Correntes

Pessoal e encargos representam 53,27% do total

**R\$ 35.719.267.002,00**

### Despesas de Capital

Destaque para Investimentos em infraestrutura e Amortização da dívida

**R\$ 3.221.836.300,00**

### Despesa Total

Crescimento de 10,12% em relação a 2024

**R\$ 39,39 bilhões**

# Despesa Autorizada

A despesa autorizada inclui a previsão inicial mais todas as alterações realizadas por créditos adicionais, remanejamentos e reprogramações financeiras ao longo do exercício.

O total autorizado atingiu R\$ 48,83 bilhões, um crescimento expressivo de 23,94% em relação à despesa fixada inicial.

As despesas correntes passaram de R\$ 35,71 bilhões para R\$ 43,65 bilhões, enquanto as despesas de capital aumentaram de R\$ 3,22 bilhões para R\$ 5,14 bilhões.



## Créditos Adicionais

### Créditos Suplementares

Destinados a reforçar dotações já existentes no orçamento

R\$ 16,73 bilhões

### Créditos Especiais

Para despesas sem dotação específica

R\$ 173,14 milhões

### Cancelamentos

Anulações para remanejamento de recursos

R\$ 7,26 bilhões

### Total Líquido

Resultado final das alterações orçamentárias

R\$ 9,43 bilhões

Os créditos adicionais representam as alterações realizadas no orçamento ao longo do exercício. Em 2025, foram abertos R\$ 16,73 bilhões em créditos suplementares e R\$ 173,14 milhões em créditos especiais. Para financiar parte desses créditos, foram canceladas dotações no valor de R\$ 7,26 bilhões, resultando em um acréscimo líquido de R\$ 9,43 bilhões ao orçamento inicial.

# Detalhamento da Despesa Autorizada

## Despesas Correntes

Passaram de R\$ 35,72 bilhões na dotação inicial para R\$ 43,65 bilhões na dotação autorizada, um crescimento de 22,19%.

- pessoal e encargos: +13,19%
- juros e encargos da dívida: -19,41%
- outras despesas correntes: +37,52%

## Despesas de Capital

Ampliadas, passando de R\$ 3,22 bilhões para R\$ 5,14 bilhões, um aumento de 59,59%.

- investimentos: +69,82%
- inversões financeiras - aquisição de ativos e participação em empresas: +53,25%
- amortização da dívida: +23,16%

# Despesa por Função

As funções que mais receberam acréscimos na dotação orçamentária foram:



## Saúde

Dotação Final: R\$ 8,15 bilhões (+31,39%)



## Educação

Dotação Final: R\$ 9,28 bilhões (+24,13%)



## Segurança Pública

Dotação Final: R\$ 2,38 bilhões (+57,97%)



## Urbanismo

Dotação Final: R\$ 3,65 bilhões (+55,94%)

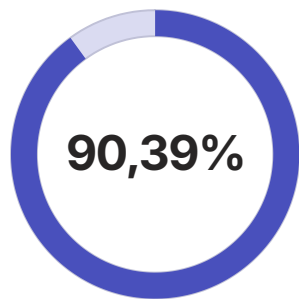


## Previdência Social

Dotação Final: R\$ 7,59 bilhões (+12,30%)

# Execução da Despesa: Empenho

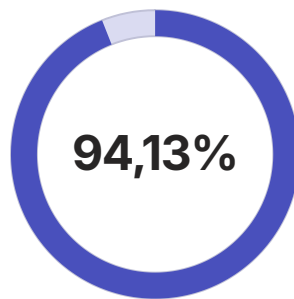
O empenho é o primeiro estágio da execução da despesa pública, representando um compromisso formal do ente público com determinado gasto, garantindo que há saldo orçamentário suficiente para sua realização.



## Execução do Orçamento

Despesa empenhada em relação à autorizada

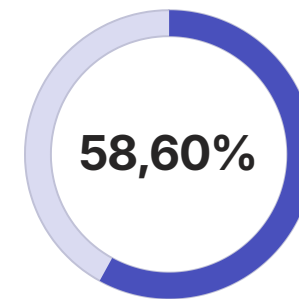
R\$ 44,10 bilhões



## Despesas Correntes

Percentual de execução autorizada

R\$ 41,08 bilhões



## Despesas de Capital

Execução em investimentos; Inversões Financeiras; e Amortização da Dívida

3,01 bilhões

O empenho serve para assegurar que os recursos necessários para a despesa estão reservados, evitando que o orçamento aprovado seja superado e proporcionando maior controle e previsibilidade na gestão financeira.

# Execução da Despesa: Liquidação e Pagamento

1

## Liquidação

Verificação de que o bem foi recebido ou serviço prestado conforme contratado

2

## Pagamento

Desembolso financeiro para quitar o compromisso assumido

### Liquidação 2025

Despesa liquidada totalizou R\$ 42,37 bilhões, correspondendo a 96,08% do total empenhado

### Pagamento 2025

Despesa paga totalizou **R\$ 40,07 bilhões**, representando 94,58% do total liquidado

# Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde

A Emenda Constitucional nº 29/2000 e sua regulamentação pela Lei Complementar nº 141/2012 estabeleceram critérios para a aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde, garantindo maior previsibilidade e controle sobre os investimentos realizados na área.

**14,58%**

**Percentual Aplicado**

Receita de impostos e transferências aplicada  
em ASPS

**R\$ 4,11 Bi**

**Valor Aplicado**

Despesas empenhadas em ações de saúde

**R\$ 3,69 Bi**

**Limite Mínimo**

Despesa mínima a ser aplicada em ASPS

# Gestão Fiscal 2025

A Gestão Fiscal de 2025 focou na **responsabilidade e transparência**, seguindo os pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para assegurar a estabilidade econômica do Distrito Federal. O monitoramento contínuo visou o controle do gasto público, o equilíbrio entre receitas e despesas e o endividamento responsável.

## Controle do Gasto Público

Monitoramento contínuo das despesas para garantir eficiência e responsabilidade na aplicação dos recursos.

## Equilíbrio Fiscal

Manutenção do equilíbrio entre receitas e despesas como pilar central da gestão orçamentária.

## Endividamento Responsável

Controle rigoroso do nível de endividamento, mantendo o DF dentro dos limites legais estabelecidos.

# Receita Corrente Líquida (RCL)

**A RCL é a base para o cálculo dos limites fiscais exigidos pela LRF**

Conforme o RGF do último quadrimestre/2025,

**RCL Ajustada para Limites da Despesa com Pessoal**

R\$ 39,01 bilhões

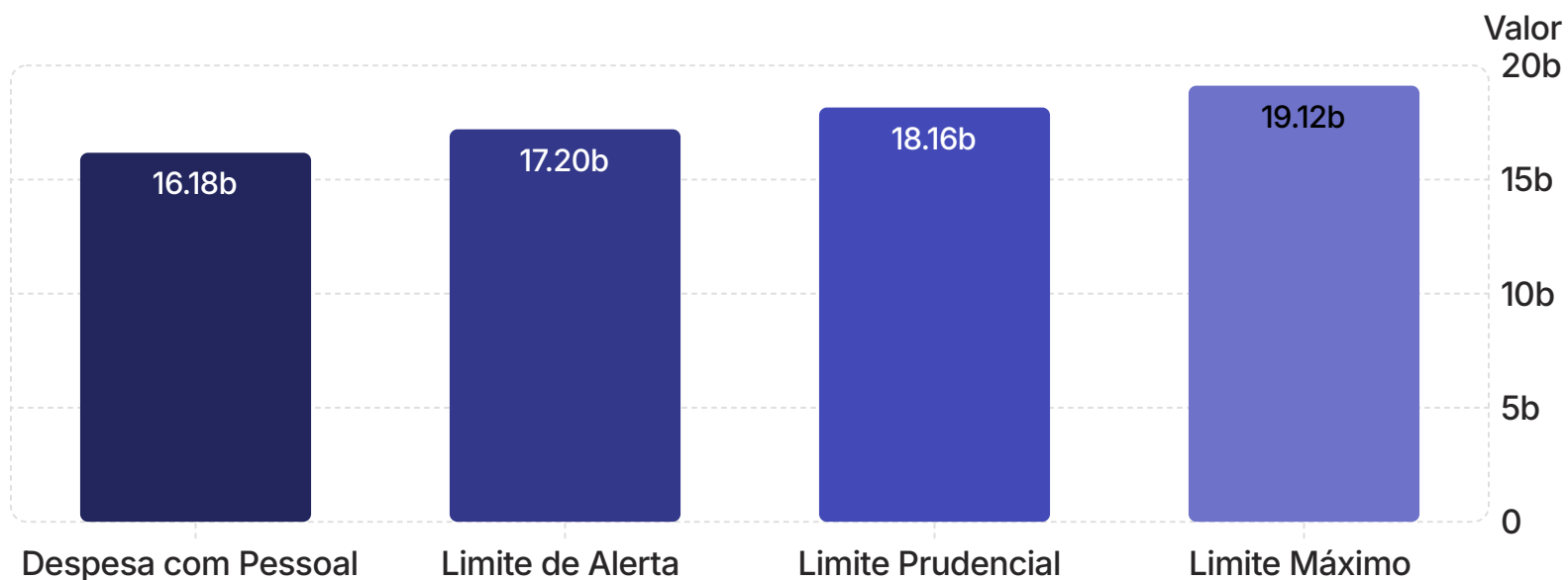
**RCL Ajustada para Limites de Endividamento**

R\$ 39,09 bilhões

# Despesa com Pessoal — Poder Executivo

O controle da folha de pagamento manteve as despesas dentro dos limites da legislação, preservando a saúde financeira do Distrito Federal. Com uma despesa total com pessoal de R\$ 16.175.614.683,65, o DF alcançou o percentual de **41,46% sobre a RCL**, mantendo-se abaixo dos limites previstos na LRF.

## Comparativo com os Limites Legais



## Dívida Consolidada Líquida (DCL)

O DF demonstrou capacidade de pagamento e **baixo nível de endividamento** ao abater seus haveres financeiros da dívida total. O valor da dívida está significativamente distante do limite máximo estabelecido pelo Senado Federal, que permitiria uma dívida de até R\$ 78,18 bilhões.

**R\$9,38bi**

**Dívida Bruta**

Dívida Consolidada Bruta total do Distrito Federal em 2025.

**R\$6,22bi**

**Dívida Líquida (DCL)**

Após dedução dos haveres financeiros da dívida bruta total.

**15,91%**

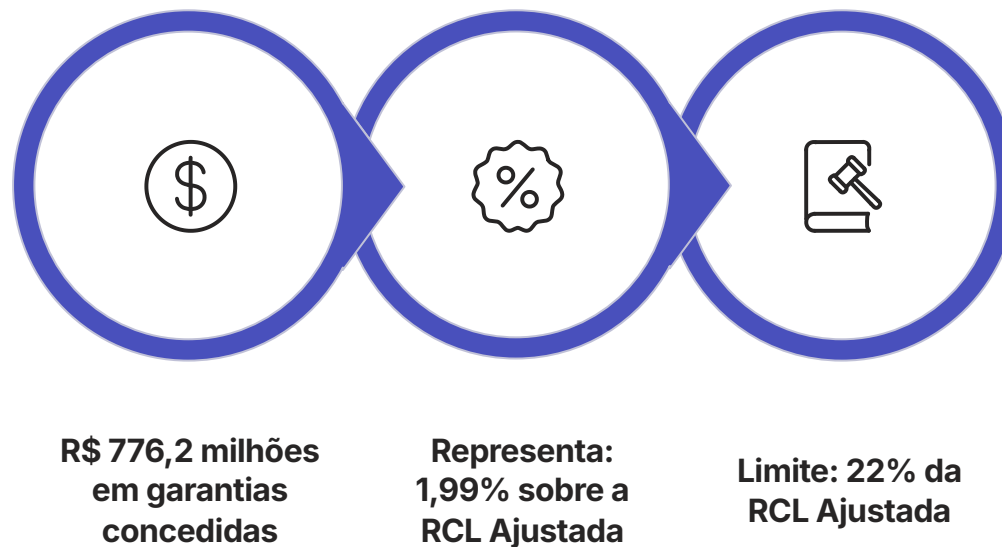
**% sobre a RCL**

Percentual da DCL em relação à RCL ajustada para endividamento.

**Limite Legal do Senado Federal: 200% da RCL.** O DF opera com apenas 15,91%, representando uma folga de mais de 184 pontos percentuais em relação ao teto permitido.

# Garantias de Valores

A análise do exercício de 2025 revela que as garantias concedidas pelo Distrito Federal estão concentradas exclusivamente em entidades controladas, totalizando R\$ 776,2 milhões ao final do terceiro quadrimestre. O montante está associado a operações de crédito externas. Em contrapartida, não foram registradas garantias concedidas a estados ou municípios, nem por meio de fundos e programas governamentais.



## Total de Garantias Concedidas

O percentual realizado é expressivamente inferior ao limite máximo de **22%** estabelecido pelo Senado Federal, evidenciando que o Distrito Federal mantém o controle das garantias concedidas, sem comprometimento de sua capacidade fiscal.

# Operações de Crédito

As operações de obtenção de novos financiamentos e empréstimos mantiveram-se abaixo do limite em 2025. Destaca-se ainda que não houve necessidade de contratação de antecipação de receita orçamentária (ARO) para cobrir caixas temporários, demonstrando equilíbrio no fluxo de caixa ao longo do exercício.

## Operações Realizadas (Internas e Externas)

**R\$ 287,5 milhões** — correspondendo a **0,74% da RCL**, abaixo do limite máximo permitido.

## Limite Legal

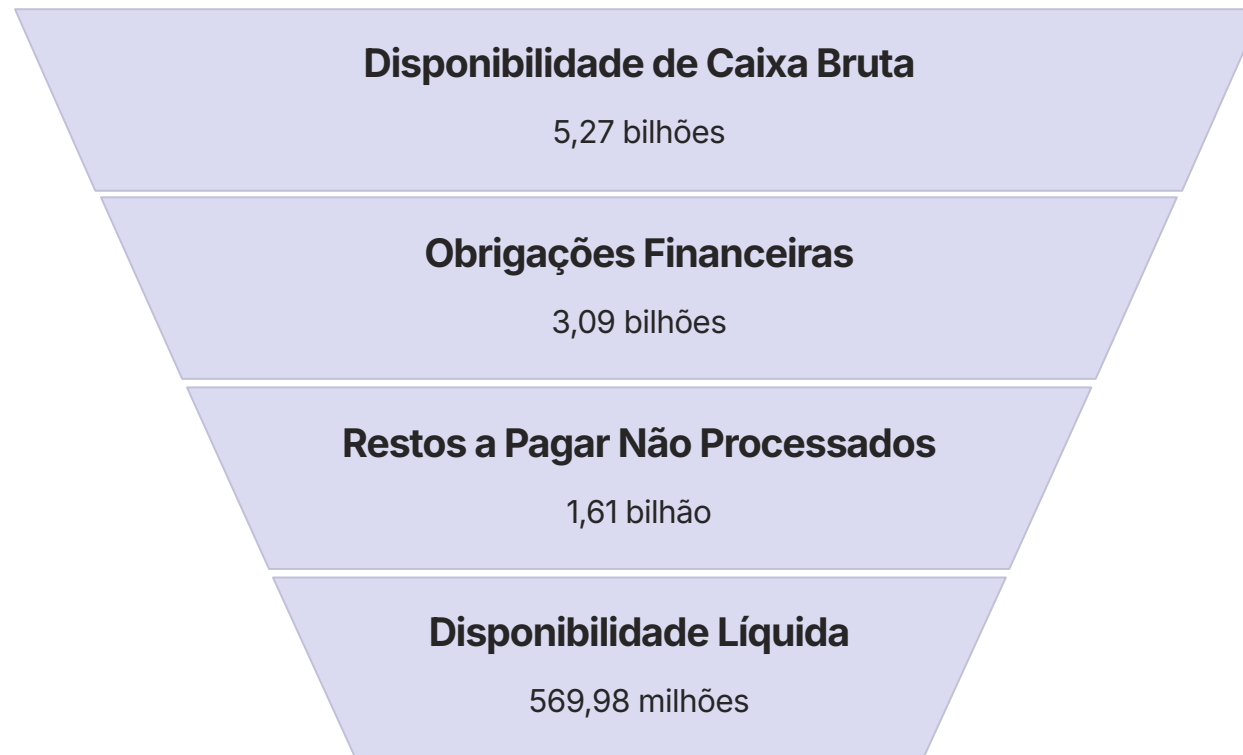
O limite máximo permitido é de **16% da RCL**. O DF utilizou menos de 1/20 desse limite.

## Antecipação de Receita Orçamentária (ARO)

**Não houve contratação de ARO** no exercício de 2025, indicando que o fluxo de caixa foi suficiente para cobrir todas as necessidades de curto prazo sem recorrer a operações emergenciais.

# Disponibilidade de Caixa e Restos a Pagar

A relação entre os recursos disponíveis e os compromissos pendentes comprova a suficiência financeira do governo:



# Resultados Primário e Nominal

O DF atendeu à **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, alcançando resultados melhores do que as metas negativas estipuladas para o exercício de 2025. Ambos os resultados — primário e nominal — ficaram dentro dos limites autorizados pela LDO.

## Resultado Primário (Acima da Linha)

Déficit Realizado: R\$ -821,4 milhões

Meta estabelecida pela LDO: até R\$ -2,04 bilhões

## Resultado Nominal (Abaixo da Linha)

Valor Realizado: R\$ -808,8 milhões

Meta estabelecida pela LDO: até R\$ -2,11 bilhões

# Síntese dos Indicadores — Balanço Geral 2025

O Distrito Federal encerrou o exercício de 2025 com todos os indicadores fiscais dentro dos limites legais, demonstrando responsabilidade na gestão dos recursos públicos e cumprimento integral da Lei de Responsabilidade Fiscal.



## Despesa com Pessoal

**41,46% da RCL** — abaixo do Limite de Alerta de 44,10%.



## Dívida Consolidada Líquida

**15,91% da RCL** — muito abaixo do limite de 200%.



## Operações de Crédito

**0,74% da RCL** — limite legal de 16% amplamente respeitado.



## Caixa Líquida Positiva

**R\$ 569,9 milhões** disponíveis após todas as obrigações.



## Metas da LDO Cumpridas

Resultados primário e nominal **superiores às metas** estabelecidas.



## Garantias Concedidas

**1,99% da RCL** — limite legal de 22% amplamente respeitado.

# Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial consolida a situação patrimonial do ente governamental ao final do exercício financeiro, apresentando uma visão completa dos ativos, passivos e patrimônio líquido do Distrito Federal.



## Ativo

Bens e direitos da entidade pública

- Ativo Circulante (curto prazo)
- Ativo Não Circulante (longo prazo)



## Passivo

Obrigações do ente público

- Passivo Circulante (curto prazo)
- Passivo Não Circulante (longo prazo)



## Patrimônio Líquido

Recursos próprios da administração

Diferença entre ativos e passivos

# Balanço Patrimonial do Governo do Distrito Federal

EXERCÍCIO 2025

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL CONSOLIDADO

O Balanço Patrimonial apresenta a situação patrimonial do Governo do Distrito Federal ao fim do exercício financeiro.

**R\$62,8bi**

**Total do Ativo**

Em 2025, com retração de ~33% em relação a 2024

**R\$189,5bi**

**Total do Passivo**

Obrigações totais em 2025, crescimento de ~14%

**R\$-126,7bi**

**Patrimônio Líquido**

Resultado negativo acumulado em 2025

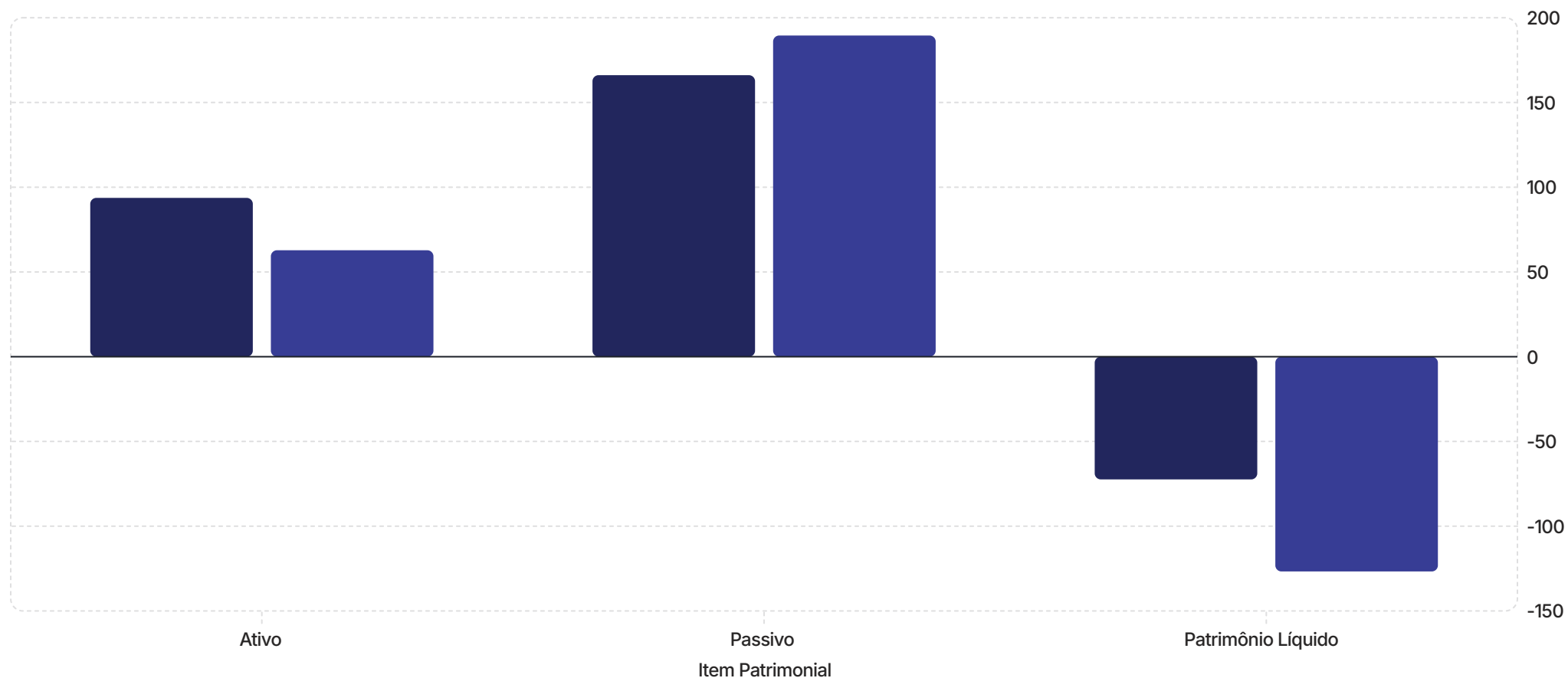
**R\$172,7bi**

**Provisões Longo Prazo**

Maior componente do Passivo Não Circulante

# Comparativo Patrimonial 2024 vs 2025

■ 2024 (R\$ bi) ■ 2025 (R\$ bi)



## Principais Destaques

- **Ativo contraiu 33%** (R\$ 93,7 bilhões → R\$ 62,8 bilhões), principalmente no Realizável de Longo Prazo, devido ao desreconhecimento de parte da Dívida Ativa.
- **Passivo cresceu 14%** (R\$ 166,1 bilhões → R\$ 189,5 bilhões), concentrado em provisões de longo prazo.
- **Patrimônio Líquido** de -R\$ 72,4 bilhões para -R\$ 126,7 bilhões.
- **Provisões previdenciárias representam 94% do passivo não circulante**

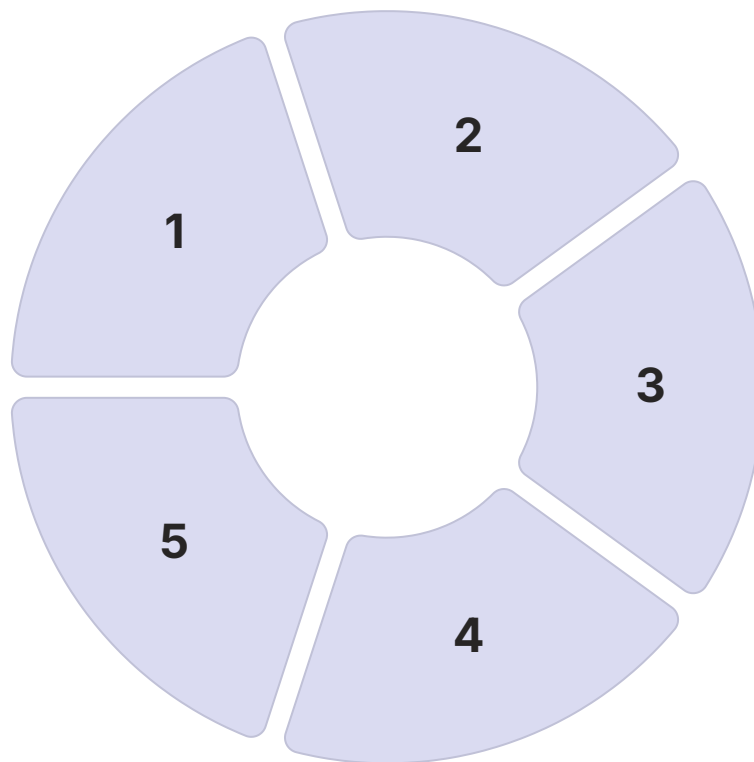
# Ativo Circulante: Composição 2025

**Demais Créditos e valores a curto prazo**

R\$ 11,7 bilhões

**Créditos a Curto Prazo**

R\$ 552 milhões



**Investimentos**

R\$ 6,2 bilhões

**Caixa**

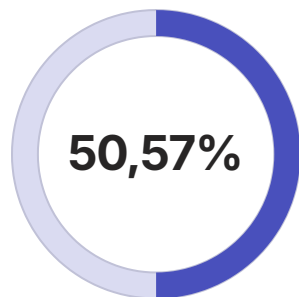
R\$ 5,5 bilhões

**Estoques**

R\$ 589 milhões

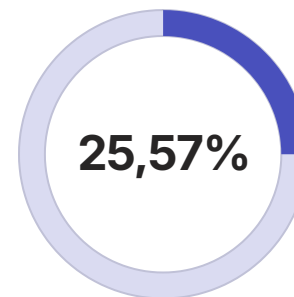
O subgrupo "Demais Créditos e Valores a Curto Prazo" representa quase metade do Ativo Circulante, o qual totalizou R\$ 24,6 bilhões em 2025.

# Ativo Não Circulante: Análise Detalhada



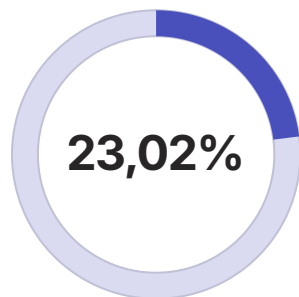
## Imobilizado

R\$ 19,3 bilhões em bens móveis e imóveis



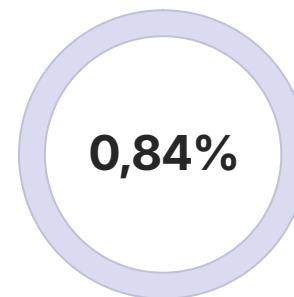
## Investimentos

R\$ 9,8 bilhões em aplicações de longo prazo



## Realizável LP

R\$ 8,8 bilhões em créditos de longo prazo



## Intangível

R\$ 321 milhões em direitos intangíveis

# Imobilizado: Bens Móveis e Imóveis

## Bens Imóveis

**R\$ 14,9 bilhões** em 2025

Representa 76,93% do grupo Imobilizado

Aumento de R\$ 2,2 bilhões em relação a 2024

## Bens Móveis

**R\$ 5,8 bilhões** em 2025

Inclui equipamentos e veículos

Aumento de R\$ 176 milhões em relação a 2024

O grupo Imobilizado totalizou R\$ 19,3 bilhões em 2025, com destaque para os bens imóveis que representam a maior parcela dos ativos permanentes do Distrito Federal.

# Ativo Realizável a Longo Prazo

O grupo de "Ativo Realizável a Longo Prazo" apresentou variação expressiva de saldo entre o exercício de 2024 e 2025, passando de R\$ 44.574.582.133,10 para R\$ 8.797.405.918,51. Grande parte disso deve-se a baixa de saldos da Dívida Ativa, seguindo a metodologia do rating.

A Dívida Ativa se divide em quatro categorias, organizadas pela natureza do crédito e pela etapa de cobrança:

**1**

## **Tributária Não Ajuizada**

Créditos de natureza tributária ainda não submetidos à cobrança judicial.

**2**

## **Tributária Ajuizada**

Tributos em fase de execução fiscal.

**3**

## **Não Tributária Ajuizada**

Débitos não tributários (multas, aluguéis, indenizações etc.) em cobrança judicial.

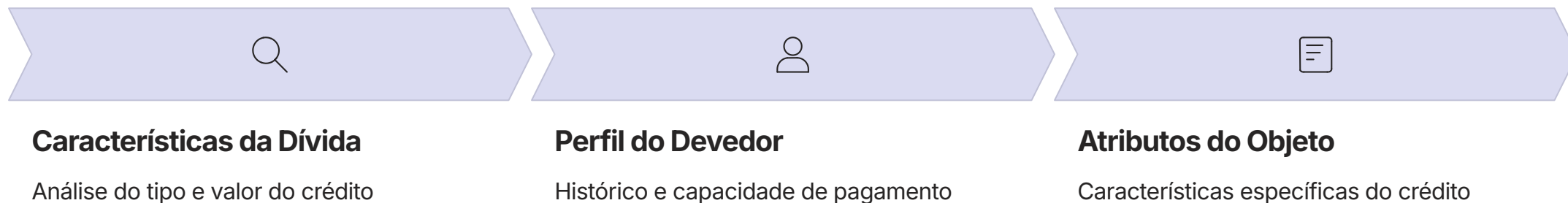
**4**

## **Não Tributária Não Ajuizada**

Débitos não tributários em cobrança administrativa.

# Dívida Ativa: Nova Metodologia de Rating

Em 2025, foi implementado novo tratamento contábil para créditos inscritos em Dívida Ativa, instituindo sistema de classificação baseado em probabilidade de recuperação.



O modelo utiliza algoritmo de machine learning (Gradient Boosting Decision Trees - GBDT) implementado em Python com biblioteca XGBoost, baseado em mais de 30 anos de registros históricos.

# Classes de Rating da Dívida Ativa

1

## Classe A

**Alta perspectiva de recuperação**

Probabilidade igual ou superior a 35%

2

## Classe B

**Média perspectiva de recuperação**

Probabilidade entre 10% e 35%

3

## Classe C

**Baixa perspectiva de recuperação**


Probabilidade entre 1% e 10%

4

## Classe D

**Baixíssima perspectiva ou irrecuperável**

Probabilidade inferior a 1%

 **Importante:** Créditos das Classes C e D deixam de ser reconhecidos como ativos patrimoniais, permanecendo registrados apenas em contas de controle.

# Impacto do Desreconhecimento de Créditos



## Classe D

Créditos irre recuperáveis



## Classe C

Créditos de difícil recuperação



## Total Desreconhecido

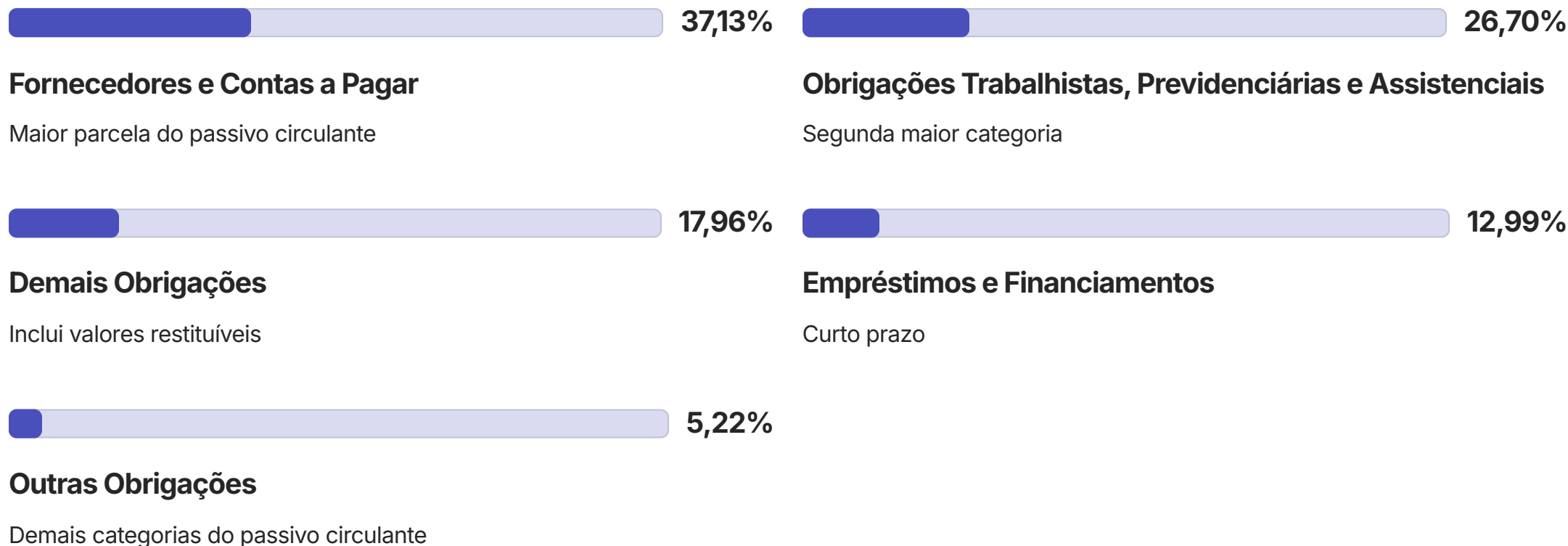
Impacto no balanço patrimonial

Os créditos classificados nas Classes A e B passaram a ser objeto de provisão contábil para perdas. Para 2025, o saldo final de Provisão para Perdas foi de R\$ 11,7 milhões.

Essas medidas atendem à Decisão nº 3.932/2024-TCDF, evitando superavaliação patrimonial e garantindo fidedignidade das demonstrações contábeis.

# Passivo Circulante: Visão Geral

O Passivo Circulante é composto pelo agrupamento dos compromissos de curto prazo, ou seja, obrigações exigíveis em até doze meses da data do encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis.



# Fornecedores e Contas a Pagar: Evolução 2024-2025

**2025**

**R\$ 2.107.010.044,56**

- Fornecedores nacionais: R\$ 2.107.008.912,81
- Fornecedores estrangeiros: R\$ 1.131,75

**2024**

**R\$ 1.974.088.920,90**

- Fornecedores nacionais: R\$ 1.974.088.788,10
- Fornecedores estrangeiros: R\$ 132,80

A rubrica "Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo" compreende as obrigações decorrentes da aquisição de bens, materiais e serviços, exigíveis no curto prazo. Trata-se de uma conta com participação relevante no passivo circulante, por refletir compromissos assumidos junto a fornecedores e prestadores de serviços, incluindo despesas com contratos administrativos, aquisições de insumos e serviços continuados.

# Demais Obrigações: Ajustes Contábeis 2025

A rubrica "Demais Obrigações a Curto Prazo" representa 18% do passivo circulante. Destaca-se o saldo de "Valores Restituíveis", que totalizou R\$ 959.365.670,44 no exercício de 2025, representando uma queda de aproximadamente 77% em relação a 2024.



**2024**

R\$ 1.725.916.195,31 na conta 218810802 - Conta Especial - Precatórios



**Ajustes TCDF**

Realizados para atender determinações do Tribunal de Contas do Distrito Federal



**2025**

Transferência de saldo para a conta 221210202 - Precatórios de Benefícios Previdenciários

Esses ajustes foram realizados com o objetivo de corrigir distorções na classificação contábil dos valores repassados para precatórios e garantir maior aderência ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

# Passivo Não Circulante: Composição

O Passivo Não Circulante compreende os passivos exigíveis após doze meses da data do encerramento do exercício a que se refere às demonstrações contábeis. É composto pelas obrigações conhecidas e estimadas que não atendem a nenhum dos critérios para serem classificadas no passivo circulante.



## Provisões a Longo Prazo

**94,37%** do total

Inclui provisões matemáticas previdenciárias, riscos trabalhistas, fiscais e cíveis



## Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

**3,55%** do total



## Empréstimos e Financiamentos

**2,09%** do total

Longo prazo

## Provisões Matemáticas Previdenciárias

**R\$ 172,73 Bi**

**Provisões a Longo Prazo**

Total em 2025

**R\$ 171,97 Bi**

**Provisão Matemática Previdenciária**

Plano Financeiro + Previdenciário

**16%**

**Crescimento Plano Financeiro**

Acréscimo de R\$ 23,64 bilhões

No exercício de 2025, as Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo registraram acréscimo de 16% em relação a 2024, correspondente a R\$ 23,64 bilhões. No Plano Previdenciário, a variação total foi de R\$ 247,34 milhões, concentrada principalmente na conta Benefícios a Conceder, responsável por R\$ 241,92 milhões da variação.

Conforme esclarecimentos apresentados pela UG 32203 - Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV/DF), as alterações estão associadas, entre outros, à revisão da IPC 14 - Procedimentos Contábeis Relativos aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que promoveu ajustes na classificação contábil dos resultados atuariais no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)

# Resultado Patrimonial do Exercício 2025

No contexto patrimonial, o resultado de cada exercício é apurado a partir do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Total: R\$ 50,61 B

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 26,83 B
Contribuições	R\$ 3,01 B
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	R\$ 1,93 B
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	R\$ 5,78 B
Transferências Patrimoniais Recebidas	R\$ 3,96 B
Valorização e Ganhos c/Ativos e Desincorp. Passivos	R\$ 1,77 B
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	R\$ 7,32 B

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Total: R\$ 104,28 B

Pessoal e Encargos	R\$ 13,17 B
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 7,93 B
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	R\$ 10,12 B
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	R\$ 0,71 B
Transferências e Delegações Concedidas	R\$ 1,27 B
Desvalorizações e Perdas c/Ativos e Incorp. Passivos	R\$ 42,86 B
Tributárias	R\$ 0,35 B
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 27,89 B

 **Resultado Patrimonial do Período 2025: -R\$ 53,67 B**

O exercício de 2025 apresentou **déficit** patrimonial, assim como 2024, em que foi de - R\$ 5,7 bilhões.

# Resultado Operacional e Financeiro 2025

## Resultado Operacional

Crescimento das variações patrimoniais aumentativas, com destaque para arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria (R\$ 26,8 bilhões) e exploração e venda de bens, serviços e direitos (R\$ 1,9 bilhão).

As variações patrimoniais diminutivas também apresentaram elevação relevante, especialmente despesas com pessoal e encargos (R\$ 13,2 bilhões), benefícios previdenciários (R\$ 7,9 bilhões) e uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (R\$ 10,1 bilhões).

## Resultado Financeiro

Variações patrimoniais aumentativas totalizaram R\$ 5,8 bilhões, enquanto as diminutivas apresentaram redução para R\$ 710,3 milhões, em comparação ao exercício anterior.

Apesar da melhora no resultado financeiro, com redução significativa das despesas dessa natureza, o desempenho positivo não foi suficiente para neutralizar o resultado negativo do período.

## Resultado de Valorização e Desvalorização Patrimonial

**R\$ 1,8 Bi**

**Ganhos com Valorização**

Valorização e desincorporação de passivos

**R\$ 42,9 Bi**

**Desvalorizações e Perdas**

Perdas com ativos e incorporação de passivos

**R\$ 40,4 Bi**

**Dívida Ativa Baixada**

94% das desvalorizações totais

Destaca-se que as desincorporações de dívida ativa (tributária e não tributária), processadas pela Secretaria de Economia (UG 130101/00001), correspondem à grande parcela dessas perdas, totalizando R\$ 40.420.006.399,77, ou cerca de 94% do total. Tais baixas decorreram da reclassificação de créditos como de difícil recuperação ou irrecuperáveis, impactando diretamente as Variações Patrimoniais Diminutivas.

# Atos Potenciais

<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>2025</b>
Garantias e Contragarantias Recebidas	R\$ 1,11 B
Direitos Conveniados e Outros	R\$ 18,59 B
Outros Atos Potenciais Ativos	R\$ 6,66 B
<b>Total Atos Potenciais Ativos</b>	<b>R\$ 26,35 B</b>

<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>2025</b>
Garantias e Contragarantias Concedidas	R\$ 110,66 M
Obrigações Convenadas e Outros	R\$ 605,79 M
Obrigações Contratuais	R\$ 67,37 B
Demandas Judiciais	R\$ 3,23 B
Outros Atos Potenciais Passivos	R\$ 48,40 mil
<b>Total Atos Potenciais Passivos</b>	<b>R\$ 71,31 B</b>



# Relatório de Gestão da Dívida Pública do Distrito Federal

Exercício 2025

Unidade de Dívida Pública – UDIP/SUTES/SEFIN/SEEC Subsecretaria do Tesouro



# Visão Geral

01

---

## Aspectos Gerais

Composição da dívida pública consolidada:

- dívida contratual (48,66%) e
- precatórios (47,10%).

02

---

## Composição da Dívida Contratual

30 contratos de empréstimos.

Por tipo:

- Empréstimos internos 65%,
- Externos 17%,
- Reestruturação 17%.

03

---

## Dívida Contratual Interna

Originária de empréstimos internos junto ao sistema financeiro:

Banco do Brasil (BB); BNDES; CAIXA.

Além da Dívida Refinanciada junto ao governo federal.

04

---

## Dívida Contratual Externa

Originária de empréstimos externos com:

BID; BIRD e FONPLATA.

05

---

## Precatórios

Precatórios vencidos e não pagos posteriores a 05/05/2000 representam 47,10% da Dívida Consolidada do DF.

# Introdução e Aspectos Gerais

## Composição da Dívida Pública Consolidada

A Dívida Pública do DF é composta basicamente de **30 contratos**:

- 1 interno refinanciado (junto ao governo federal, Lei nº 9.496/97);
- 22 internos (17 CAIXA, 3 BB, 2 BNDES) e
- 7 externos (5 BID, 1 BIRD, 1 FONPLATA).

O montante total da dívida contratual em 2025 é de aproximadamente **R\$ 4,57 bilhões**, considerando dívida interna, dívida refinanciada, parcelamentos e os financiamentos. A dívida consolidada bruta do DF passou de R\$ 9,9 bilhões em 2024 para **R\$ 9,4 bilhões em 2025**, decréscimo nominal de **5,8%**.

# R\$ 9,4bi

**Dívida Consolidada Bruta 2025**

Redução de 5,8% frente a 2024 (R\$ 9,9 bi)

# R\$ 4,57bi

**Dívida Contratual Total**

Queda de 10,2% em relação a 2024 (R\$ 5,01 bi)

# 30

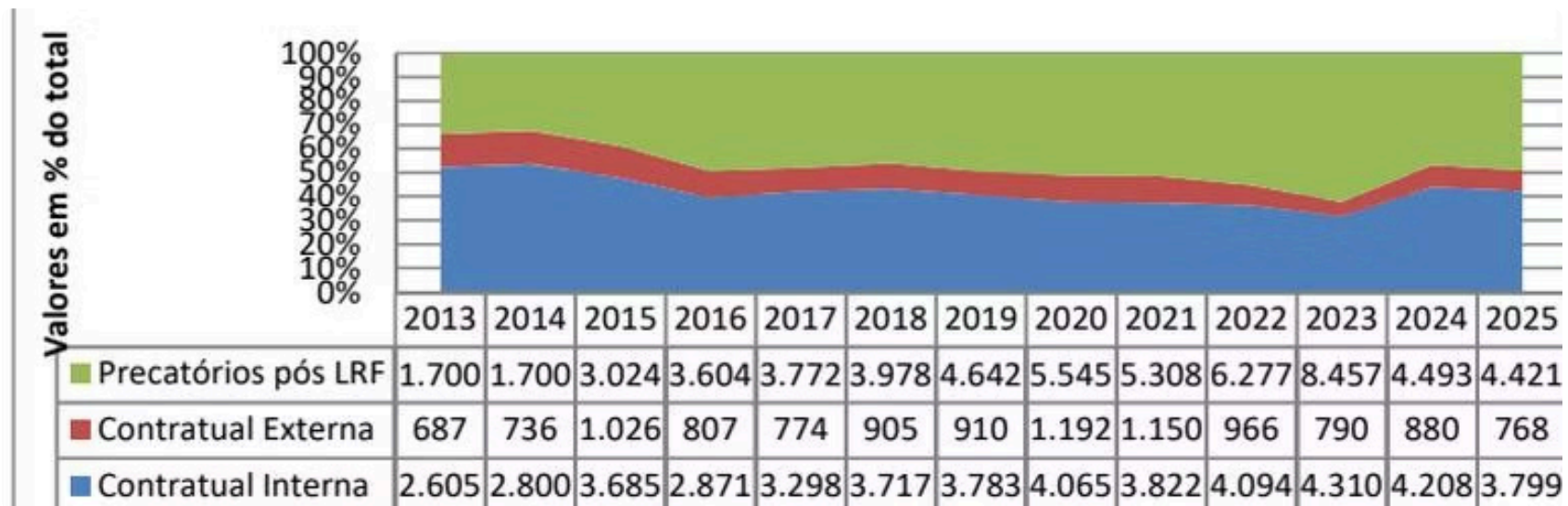
**Contratos de Empréstimos**

Excluídos parcelamentos e financiamento CODHAB

---

# Evolução da Dívida Consolidada (2013–2025)

Evolução por Componentes (R\$ milhões)



Em 2025, houve redução nos 3 componentes: Precatórios (R\$ 4.421 mi), Contratual Externa (R\$ 768 mi) e Contratual Interna (R\$ 3.799 mi). A queda da dívida externa decorre de amortizações e da valorização do real frente ao dólar (dez/2024 a dez/2025). A redução da interna reflete a predominância das amortizações sobre as liberações.

# Evolução da Dívida Consolidada

## R\$ 9,4bi

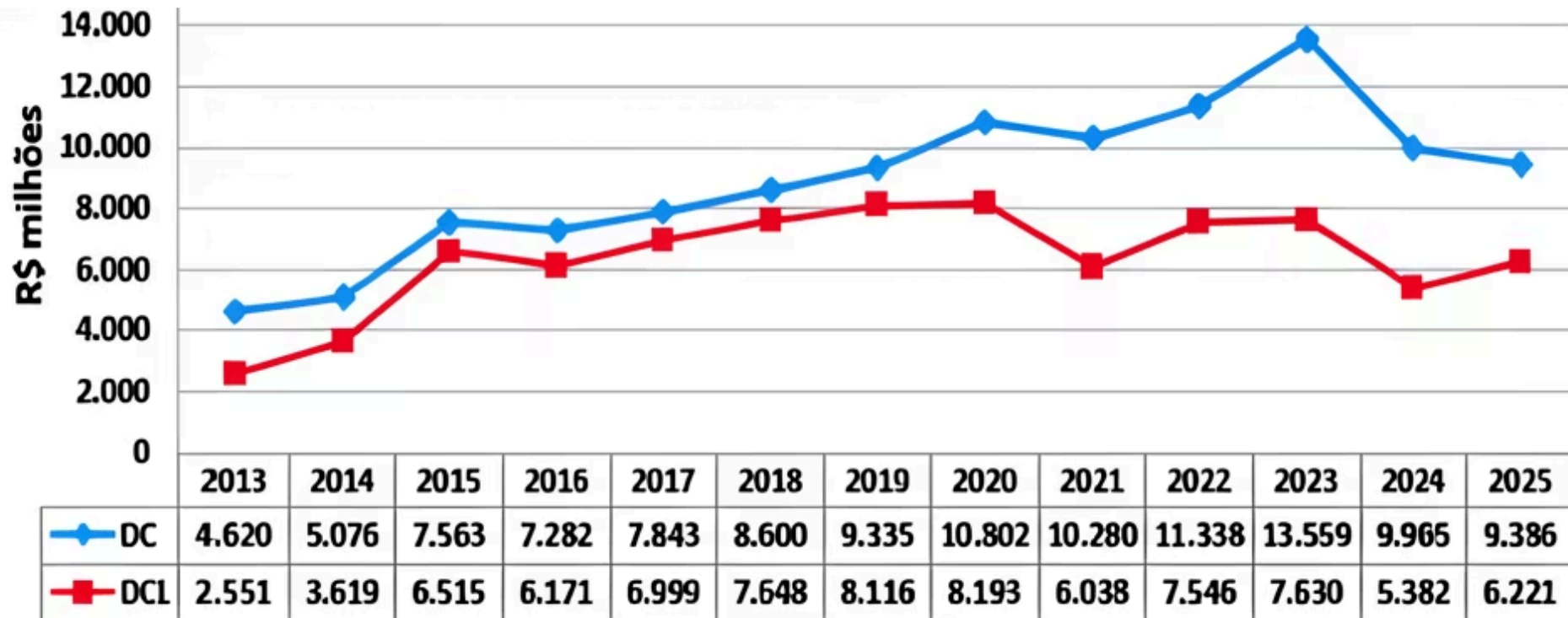
### Dívida Consolidada Bruta 2025

Redução de 5,8% em relação a 2024 (R\$ 9,97bi)

## R\$ 6,2bi

### Dívida Consolidada Líquida 2025

Aumento de 15,6% em relação a 2024 (R\$ 5,38 bi)



# Operações de Crédito e RCLA

As operações de crédito apresentam volatilidade ao longo dos anos, sem tendência linear de crescimento ou queda. A Receita Corrente Líquida Ajustada (RCLA) demonstra crescimento contínuo, saindo de R\$ 15,8 bilhões em 2013 para R\$ 39,1 bilhões em 2025.

Em 2025, as operações de crédito totalizaram R\$ 287 milhões, representando 0,73% da RCLA, bem abaixo do limite legal de 16% estabelecido pelo Art. 7º, Inciso I, da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

## Operações de Crédito 2025

R\$ 287 milhões

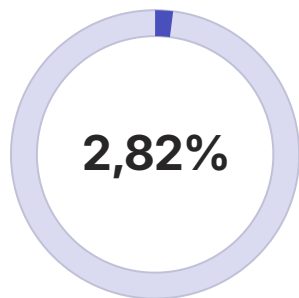
## Percentual da RCLA

0,73%

## Limite Legal

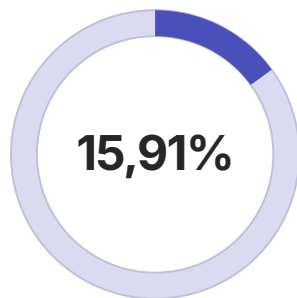
16%

## Indicadores de Prudência Fiscal



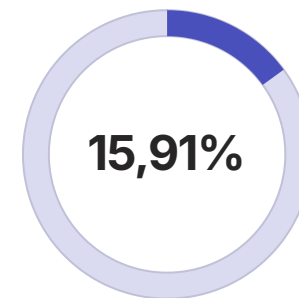
**Serviço da Dívida/RCLA 2025**

Limite máximo: 11,50%



**DCL/RCLA 2025**

Limite máximo: 200%



**DCL/RCLA 2025**

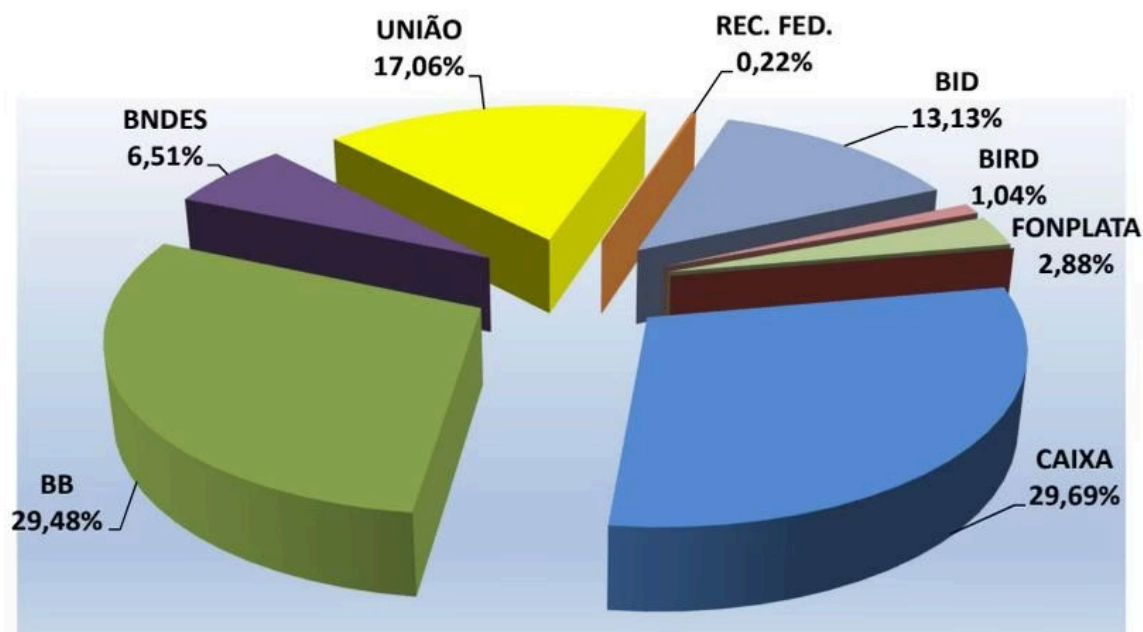
Limite máximo: 200%

Todos os indicadores mantêm-se bem abaixo dos limites legais estabelecidos pela legislação vigente, demonstrando prudência fiscal.

# Dívida Pública

A Gestão da Dívida Pública do DF é administrada pela **Unidade de Dívida Pública – UDIP**, criada pelo Decreto nº 46.807/2025, composta pela DIDIP e DIPAF. A UDIP elabora documentos técnicos, relatórios gerenciais, projeções e cálculos de juros e amortizações, subsidiando o Anexo de Metas Fiscais da LDO, a proposta orçamentária e o demonstrativo de endividamento (LODF, art. 149, §7º, II). Presta informações à STN, CLDF, CGDF e TCDF.

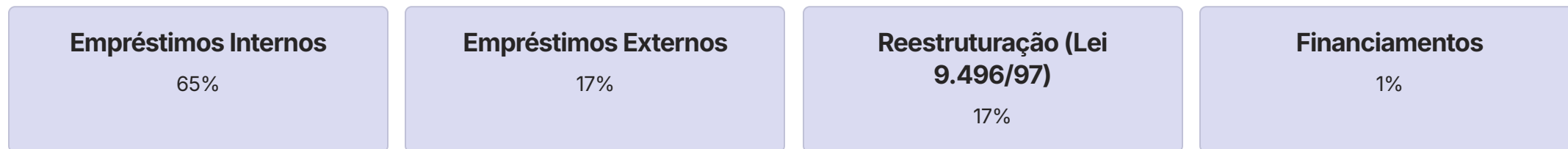
## Composição da Dívida Contratual do DF por Credor



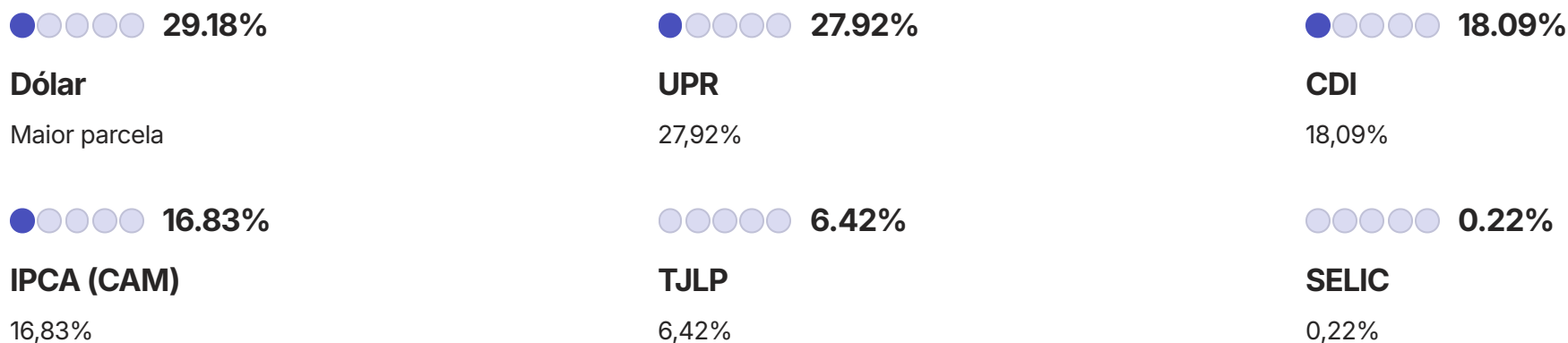
Credor	%
CAIXA	29,69%
BB	29,48%
UNIÃO	17,06%
BID	13,13%
BNDES	6,51%
FONPLATA	2,88%
BIRD	1,04%
Receita Federal	0,22%

## Composição da Dívida Contratual do DF por Tipo

A Dívida Pública Contratual do DF é composta basicamente por empréstimos (81,6% — internos e externos). A dívida interna (empréstimos internos, refinanciamento e parcelamento) corresponde a **81,8%** e a externa a **16,8%**.



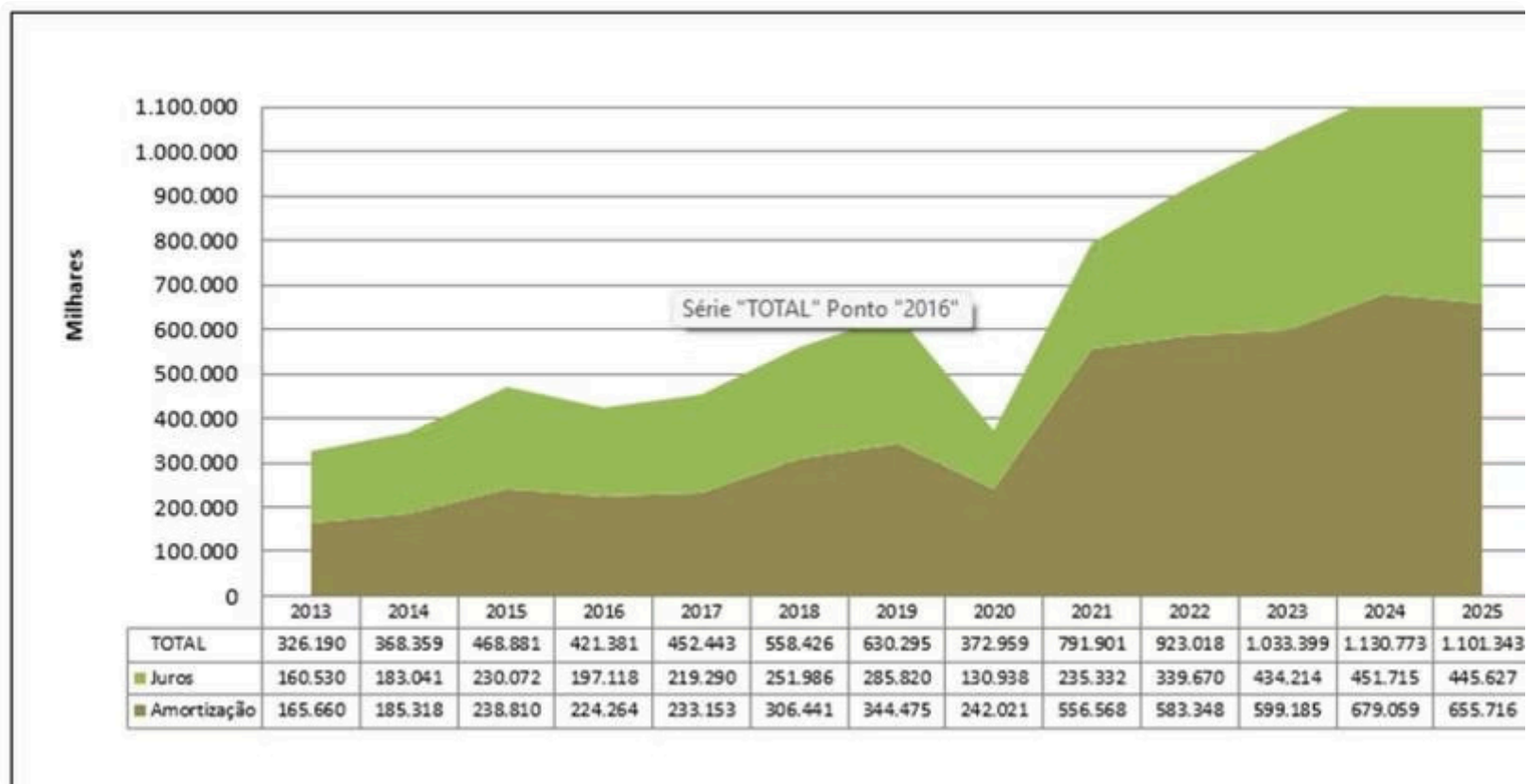
## Composição da Dívida Contratual do DF por Indexador



Parte da dívida interna contratada com CAIXA e BB também é indexada ao dólar, representando cerca de 12,53% da dívida contratual. Os maiores credores individuais são: CAIXA (~R\$ 1,34 bi), BB (~R\$ 1,33 bi), União (R\$ 768,57 mi), BID (R\$ 591,66 mi), BNDES (R\$ 293,22 mi), FONPLATA (R\$ 129,85 mi) e BIRD (R\$ 46,83 mi).

# Despesas com Serviço da Dívida

## Evolução dos Pagamentos da Dívida (2013–2025)



Em 2025, as despesas com serviço da dívida totalizaram **R\$ 1,10 bilhão**: R\$ 655,72 milhões de amortização e R\$ 445,63 milhões de juros e encargos.

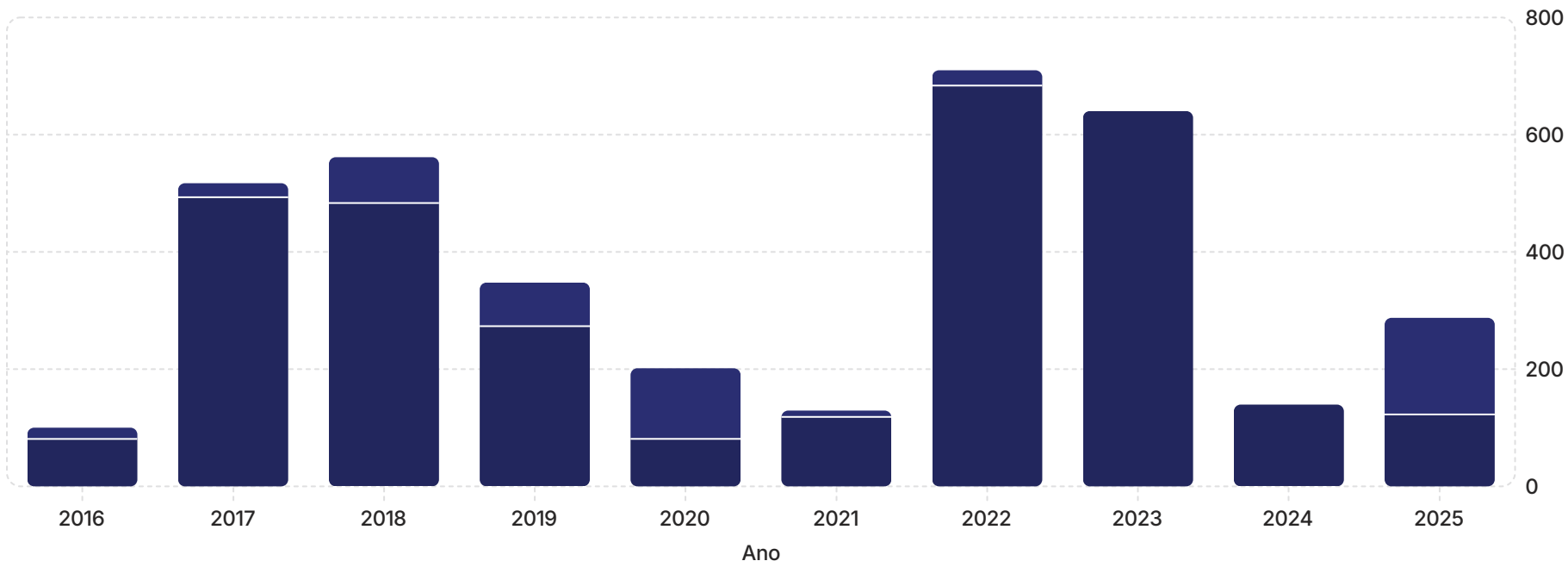
## Contratos Assinados e Liberações em 2025

A tabela a seguir apresenta os principais contratos com liberações ocorridas em 2025 (posição em 31/12/2025). O total liberado em 2025 foi de **R\$ 287,5 milhões**:

**Dívida Interna: R\$ 122,7 milhões**  
**Dívida Externa: R\$ 164,8 milhões**

### Evolução das Liberações (R\$ milhões correntes)

■ Dívida Interna   ■ Dívida Externa



Contratos em processo de negociação para assinatura: **BNDES – Obras de engenharia** (R\$ 662.996.891,50) e **BNDES – Expansão do metrô** (R\$ 400.000.000,00).

# Contratos Assinados e Liberações 2025

Os principais contratos com liberações realizadas em 2025 incluem operações com BNDES, BID, FONPLATA e Caixa Econômica Federal.

## BID - PRODEFAZ/PROFISCO

US\$ 6,6 milhões liberados

## FONPLATA - Infra-DF

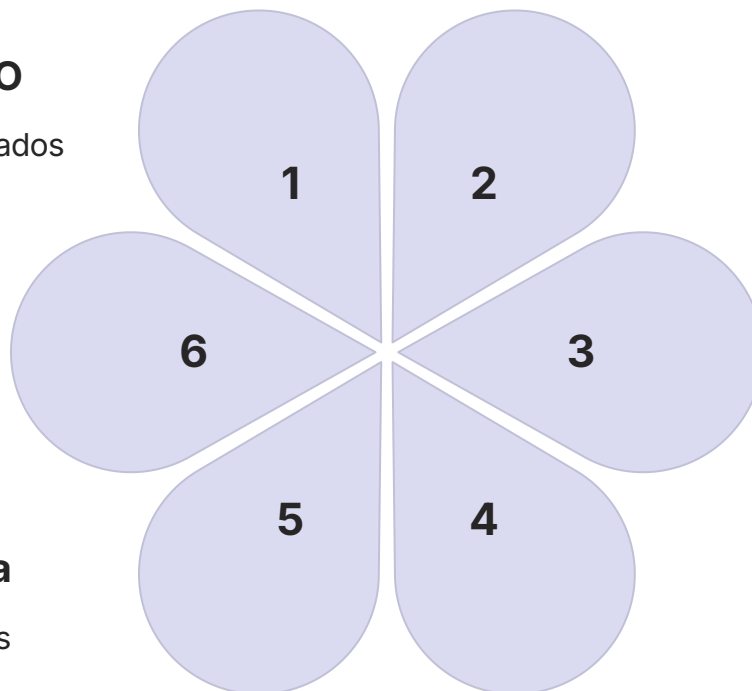
US\$ 15,1 milhões liberados

Programa de infraestrutura e readequação urbana

## Caixa - Arniqueira

R\$ 7,2 milhões liberados

Sistema de drenagem pluvial e pavimentação



## Caixa - Eixo Sul

R\$ 55,9 milhões liberados

Sistema de transporte de passageiros

## Caixa - Vicente Pires

R\$ 31,6 milhões liberados

Sistema de drenagem pluvial e pavimentação

## Caixa - Pro-Moradia

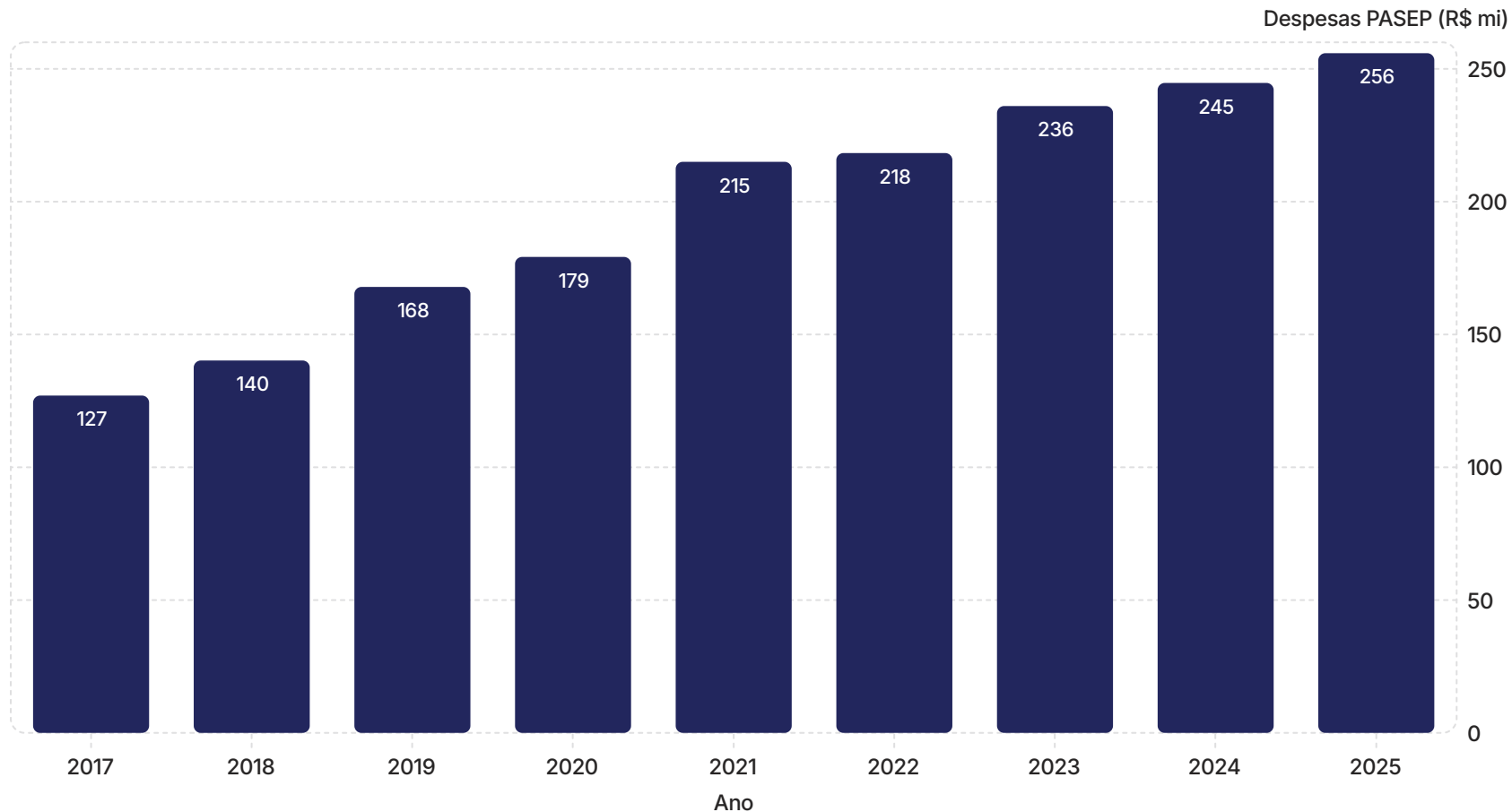
R\$ 22,9 milhões liberados

Obras de infraestrutura e urbanização

# PASEP, Programa de Ajuste Fiscal e Capacidade de Pagamento

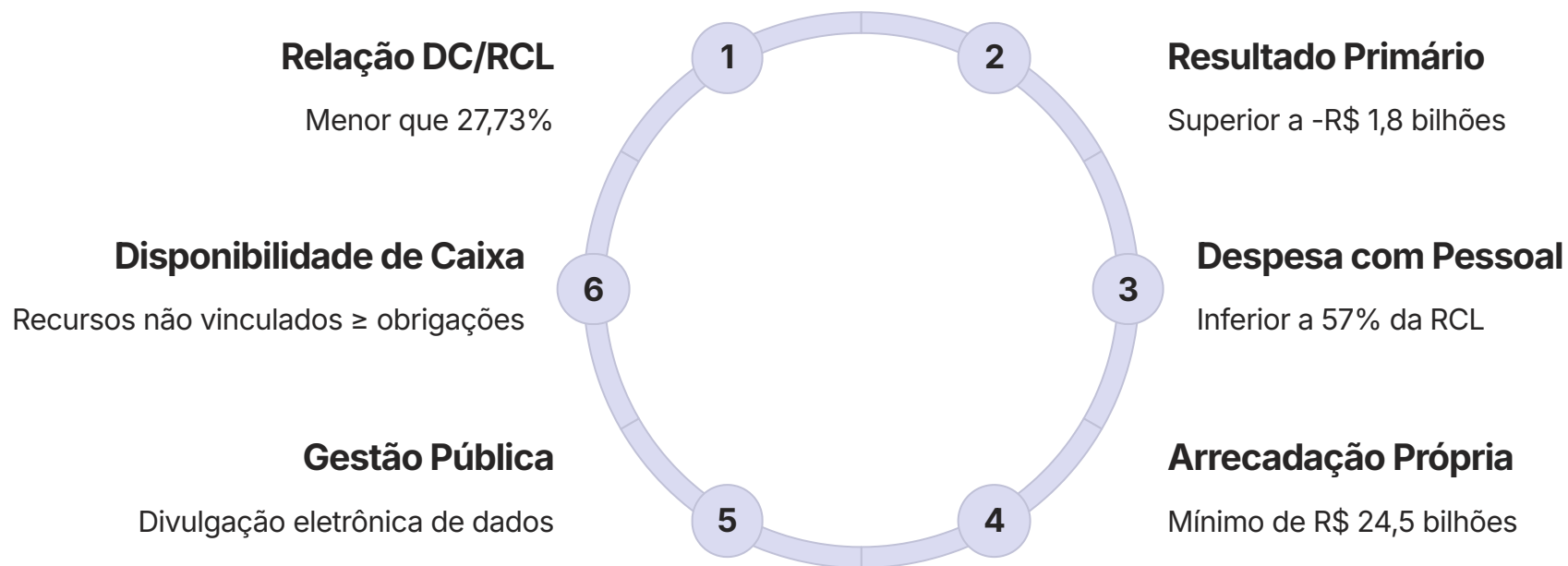
## Contribuição ao PASEP

O PASEP (Lei Complementar nº 8/1970) constitui fundo para prover o servidor público de abono anual e saques. Por força do art. 239 da CF, passou a financiar também programas de desenvolvimento econômico via BNDES e o seguro-desemprego. A Lei nº 9.715/1998 estabeleceu que pessoas jurídicas de direito público interno contribuem com base nas receitas correntes arrecadadas.



# Programa de Ajuste Fiscal - PAF

O Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal do Distrito Federal teve todas as metas de 2024 cumpridas. Para 2025, foram pactuadas seis metas de ajuste fiscal.



# Capacidade de Pagamento

## ***Classificação "C"***

*O Distrito Federal recebeu a classificação "C" para capacidade de pagamento, conforme o desempenho dos indicadores apurados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) relativos ao exercício de 2024.*

*Esta classificação reflete o desempenho dos indicadores fiscais e a capacidade do ente federativo em honrar seus compromissos financeiros.*

## **Nota Técnica**

SEI nº 4342/2025/MF

## **Avaliação**

Exercício de 2024

## **Regulamentação**

Lei Complementar nº 178/2021